

Políticas públicas de apoio aos Pequenos Negócios



Roberto Bellucci

Unidade de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - UDTTP

Breves – setembro/2017

TOM

SEBRAE

Especialistas em pequenos negócios.

Acesso pelos Escritórios Regionais

ABAETETUBA

ER Tocantins

MARAJÓ

ER Marajó

CASTANHAL

ER Guamá

CAPANEMA

ER Caeté

PARAGOMINAS

ER Capim

MARABÁ

ER Carajás I

PARAUPEBAS

ER Carajás II

REDENÇÃO

ER Araguaia

ITAITUBA

ER Tapajós

SANTARÉM

ER Baixo Amazonas

ALTAMIRA

ER Xingu

BELÉM

ER Metropolitana

UIDTPP

Resolução Atricon nº 09/2014

Aprova as Diretrizes de Controle Externo Atricon 3207/2014

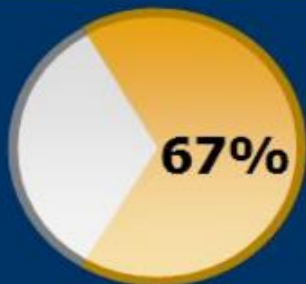
Fortaleza, 6 de agosto de 2014

Os Tribunais de Contas do Brasil irão fiscalizar a aplicação dos dispositivos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPE) que asseguram tratamento diferenciado ao segmento nas contratações dos governos federal, estaduais e municipais e dos próprios Tribunais de Contas.

Aumento-Fortalecimento-Sustentabilidade



Números das MPE no Brasil



**Pessoal ocupado
(IBGE)**



**Empregos formais criados
no Brasil nos 10 últimos
anos (BNDES)**



**Comercio, industria e
serviços do País (IBGE)**



**Participação no PIB
nacional
(IBGE)**



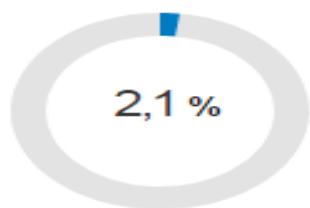
**Exportações
(SEBRAE/FUNCEX)**

Números das MPE no Pará

341.458

EMPRESAS ATIVAS

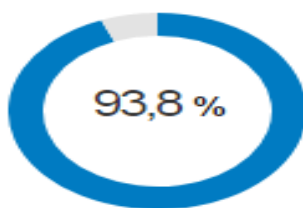
363.867



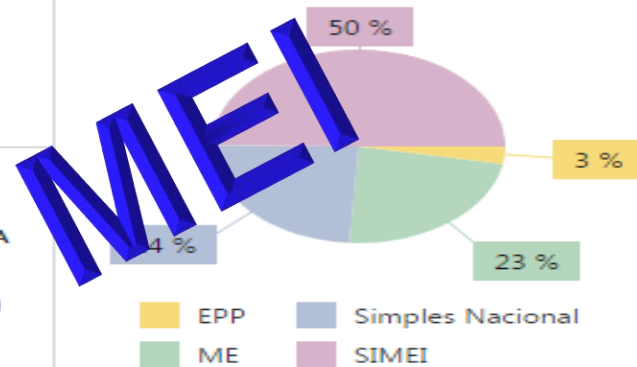
do total de Empresas do Brasil

MPEs ATIVAS

341.458

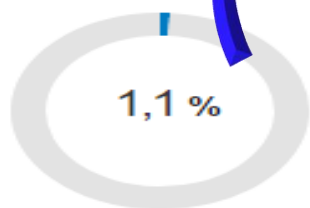


do total de empresas ativas em PA



MORTALIDADE DAS MPEs

725



do total de MPEs fechadas no Brasil em 2017

REGIME DE TRIBUTAÇÃO DAS MPEs

88.955

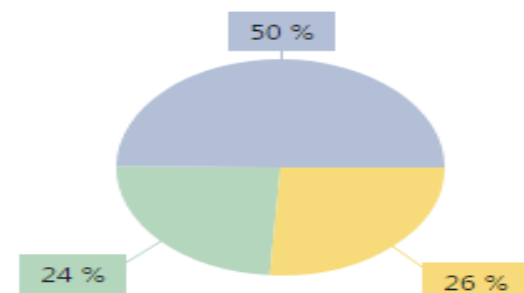
Regime Normal

82.355

Simple Nacional

170.147

SIMEI



7 milhões de MEI

Como diminuir a informalidade no município?

SEGURANÇA

TRANSPORTE

Como fazer com que as MPE participem das licitações?

EDUCAÇÃO

SAÚDE

Como comprar das MPE?

ECONOMIA

Como comprar dos agricultores locais?

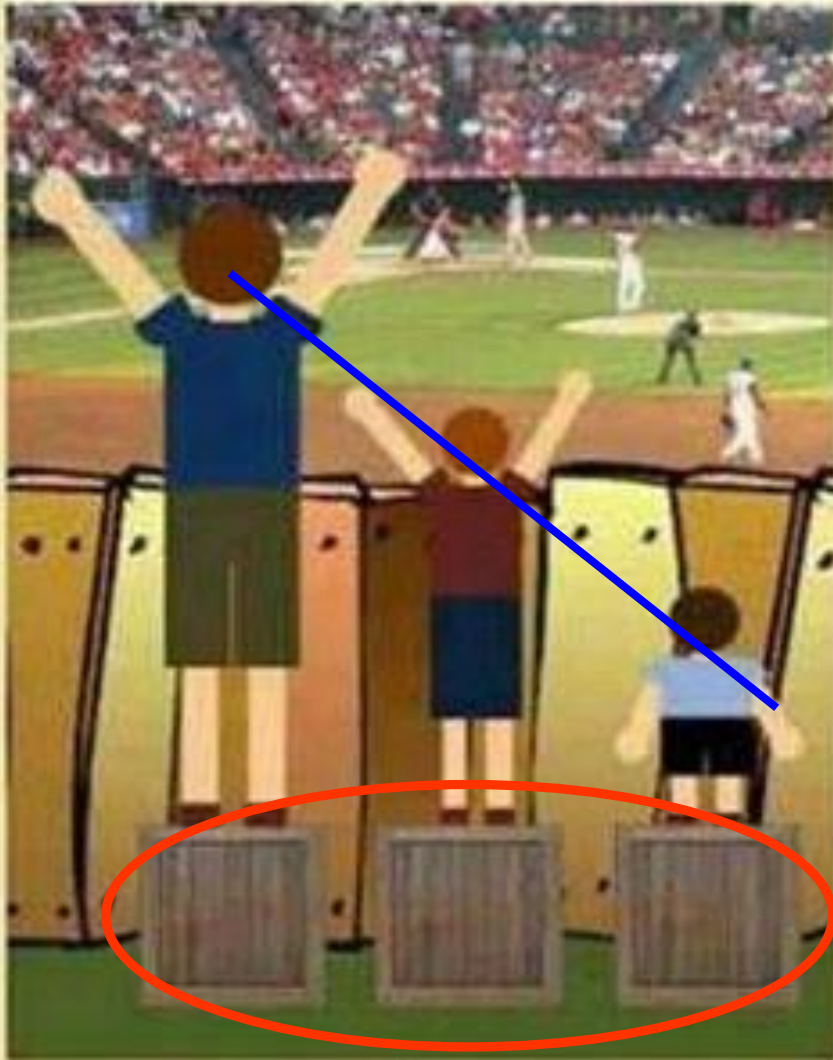


Estratégia

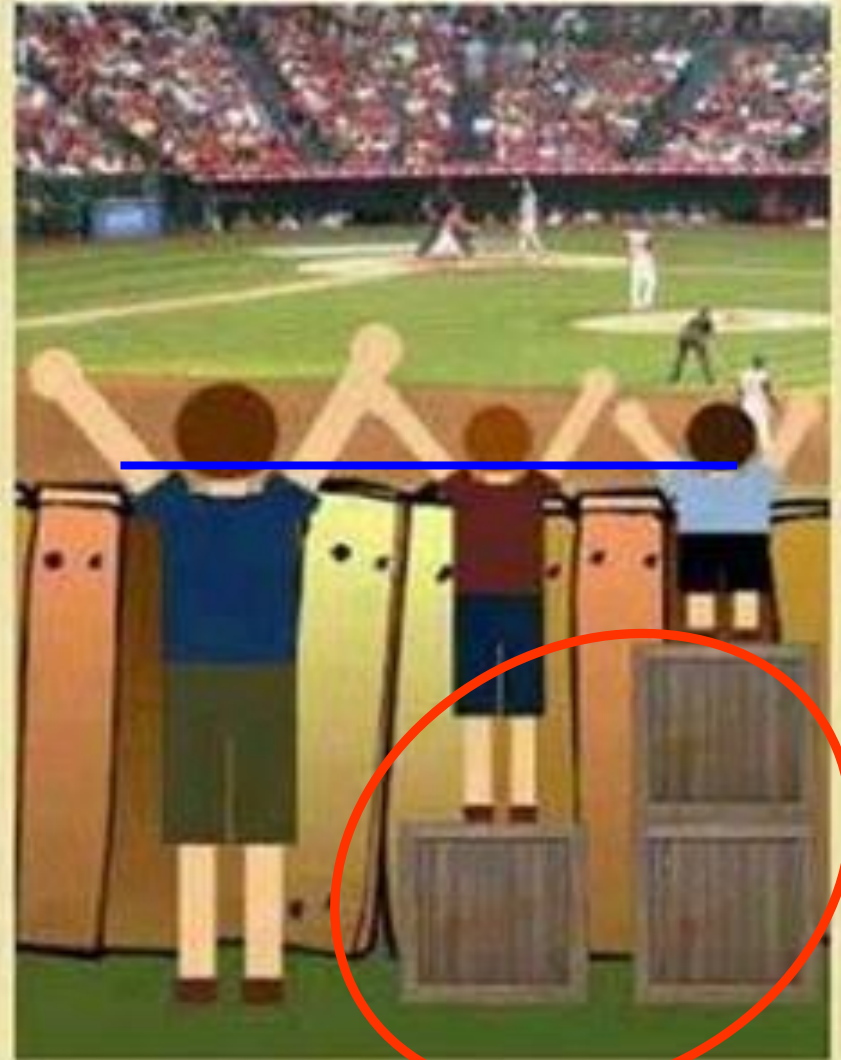


Tratamento diferenciado para as MPE

IGUALDADE NÃO SIGNIFICA JUSTIÇA



IGUALDADE



JUSTIÇA

Compras Públicas Prefeitura - Empresários



Hierarquia das Leis



Compras Governamentais

LC 123/06 alterada pela LC 147/2014

Editais exclusivos até 80 mil

Cota reservada de 25% para itens divisíveis

Subcontratação de MPE em obras e serviços

Empate Ficto

Regularização Tardia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS - PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EDITAL nº 20150212001
PREGÃO (PRESENCIAL) N° 028/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N° 9/2015-0028
DATA DA REALIZAÇÃO: 15/12/2015
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: às 09:00 (horário oficial de Brasília – DF)
LOCAL: Prefeitura do Município de Ponta de Pedras - Pará

O MUNICÍPIO DE **PONTA DE PEDRAS** – ESTADO DO PARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede a Av. Djalma Machado, nº 32, (Praça Antônio Malato), Centro, CEP 68.830-000, cidade de Ponta de Pedras/Pa, por intermédio da Prefeitura Municipal, mediante Pregoeiro designado pela Portaria nº 11/2014, publicada em 05/03/2014, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo menor preço por ITEM, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

A sessão de processamento do Pregão será realizada no horário e data supracitados, na sala de abertura de licitações, sita à Av. Djalma Machado, nº 32, (Praça Antônio Malato), Centro, CEP 68.830-000, Ponta de Pedras/PA, e será conduzida por Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio designados nos autos do processo em epígrafe. Na ausência ou impedimento do pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela administração municipal.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Federal nº 3555/2000 alterações superveniente e demais exigências deste Edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

5.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica de direito privado, cujo ramo mercantil seja pertinente com o objeto da mesma que:

5.1.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação.

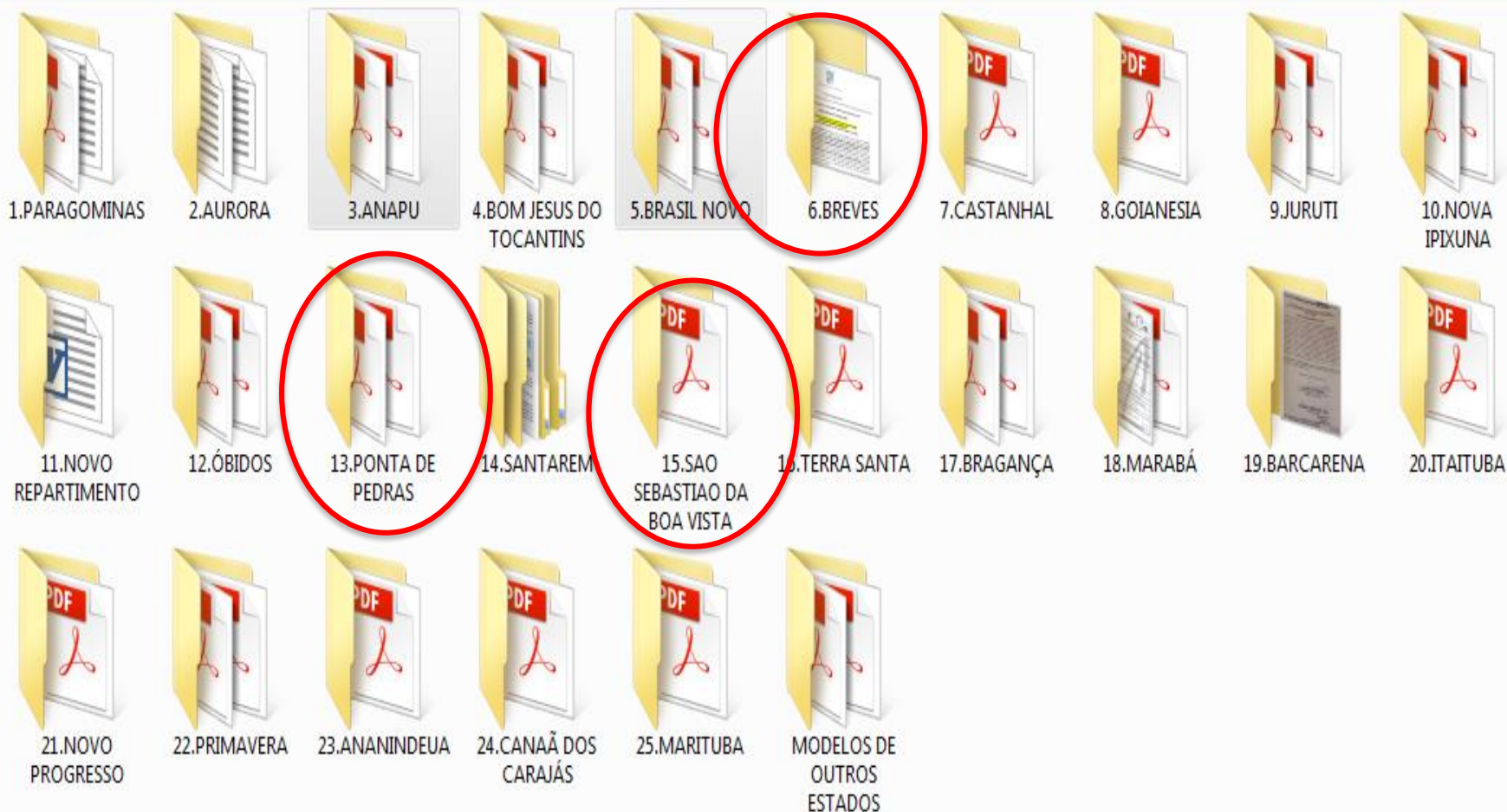
5.1.2. Não esteja sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

5.1.3. Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Federal.

5.2. Quando da participação das Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativas, deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, farão jus aos mesmos benefícios, sendo, portanto, denominados genericamente de MPE ou de Entidades Beneficiadas;

5.3. Nesta licitação, adotar-se-á o benefício de Tipo I e III com item exclusivo de até R\$ 80.000,00 e cota de 25% exclusivas para a participação de MPE. Essa condição de disputa está identificada no ANEXO I – Termo de Referência com a descrição dos benefícios. Esta exigência se fundamenta no artigo 48, I e II da Lei Complementar 123/2006.

Editais de Compras Exclusivas de MPE



*Compras Públicas - PNAE Prefeitura – Agricultores Locais



O ENCONTRO DA
AGRICULTURA FAMILIAR COM A
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Base Legal

LEGISLAÇÕES

- **Lei nº 11.326/06** – Define quem é Agricultor Familiar
- **Lei nº 11.947/09** – Institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
- **Decreto nº 7.507/11** – Dispõe de movimentação financeira dos recursos federais da Educação
- **Resolução FNDE nº 26/13** – Dispõe sobre o Atendimento do PNAE
- **Resolução CFN nº 465/10**
 - Trata das atividades do Nutricionista no PNAE



EIXO: COMPRAS PÚBLICAS - **AGRICULTORES**

**O município precisa
comprovar que
compra no mínimo
30% dos
agricultores locais**



**Lei da Merenda
Escolar
(PNAE-11947/2009).**

Compras Públicas - PNAE

Prefeitura – Agricultores Locais

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
 DIRETORIA DE AÇÕES EDUCACIONAL - DIRAE
 COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CGPAE

Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE

Ano Exercício: 2015

Atualizado em 30/3/2017

1500305 PA	PREF MUN DE AFUA	R\$ 962.756,00	R\$ -	0%
1500701 PA	PREF MUN DE ANAJAS	R\$ 1.156.494,40	R\$ 512.357,00	44%
1501105 PA	PREF MUN DE BAGRE	R\$ 492.562,00	R\$ -	0%
1501808 PA	PREF MUN DE BREVES	R\$ 2.827.216,00	R\$ 27.824,25	1%
1502004 PA	PREF MUN DE CACHOEIRA DO ARARI	R\$ 588.718,00	R\$ 174.008,60	30%
1502509 PA	PREF MUN DE CHAVES	R\$ 678.332,80	R\$ -	0%
1502806 PA	PREF MUN DE CURRALINHO	R\$ 1.147.278,00	R\$ 414.317,50	36%
1503101 PA	PREF MUN DE GURUPA	R\$ 1.198.118,00	R\$ 312.777,40	26%
1504901 PA	PREF MUN DE MUANA	R\$ 1.319.324,00	R\$ 431.344,10	33%
1504505 PA	PREF MUN DE MELGACO	R\$ 1.074.408,00	R\$ 117.583,47	11%
1505700 PA	PREF MUN DE PONTA DE PEDRAS	R\$ 760.248,00	R\$ 153.401,84	20%
1505809 PA	PREF MUN DE PORTEL	R\$ 1.896.014,00	R\$ 158.532,80	8%
1506302 PA	PREF MUN DE SALVATERRA	R\$ 617.218,00	R\$ 119.853,00	19%
1506401 PA	PREF MUN DE SANTA CRUZ DO ARARI	R\$ 135.272,00	R\$ 80.963,75	60%
1507706 PA	PREF MUN DE SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	R\$ 745.670,40	R\$ 157.992,05	21%
1507904 PA	PREF MUN DE SOURE	R\$ 751.624,00	R\$ 187.417,70	25%

Lei nº 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

Participação da Sociedade através do CAE



Composição do CAE

CAE – Controle Social

Constituição do Conselho de Alimentação Escolar



PAIS DE ALUNOS

2



SOCIEDADE CIVIL

2

Igreja
Sind. Rural
Assoc. Moradores
Clubes
Etc.



CAE



EDUCAÇÃO

2

Professores
Alunos
Etc.



EXECUTIVO

1

COMPETÊNCIAS DO CAE



Suspensão dos Recursos do PNAE

A Suspensão do Repasse dos Recursos do PNAE

O FNDE poderá suspender o repasse dos recursos do PNAE quando os estados, o Distrito Federal e os municípios:

I – não constituírem o respectivo Conselho de Alimentação Escolar ou deixarem de sanar suas pendências no prazo estipulado pelo FNDE a contar da data da notificação, visando ao seu pleno funcionamento;

II – não apresentarem a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos nas formas e prazos estabelecidos;

III – não apresentarem as justificativas solicitadas ou estas não forem aceitas pelo FNDE;

IV – não executarem o Programa de acordo com as legislações pertinentes; e/ou

V – não obtiverem a aprovação da prestação de contas pelo FNDE.

Processo de Compra da Agricultura Familiar



Programa Nacional de Alimentação Escolar



Municípios recebem Prêmio por Boas Práticas na Gestão da Merenda Escolar

- 2008 – Castanhal e Paragominas
- 2008 – Paragominas no Pará, foi o grande vencedor, com dois prêmios: Merenda indígena e/ou quilombola (nacional) e Eficiência nutricional – Região Norte (regional).
- 2013 - Belém, Paragominas

Fonte: Site FNDE

Obediência aos Princípios Legais

Operação “Chicken”



pará
URGENTE

www.paraurgente.com 📞 94 99208-9444 📠 94 3787-9843

Polícia Federal comprova fraude em Merenda de Escolas Estaduais do Pará

- Investigações indicam desvio de **R\$ 1,6 milhão do FNDE**; grupo duplicava recibos e entregava alimentos de qualidade inferior às escolas do estado. *Oito mandados de busca e apreensão e sete de condução coercitiva foram cumpridos pela (PF), em conjunto com a Polícia Civil (PC), pela Operação “Chicken”.*

Fontes: Sites G1, DOL, IG, PF

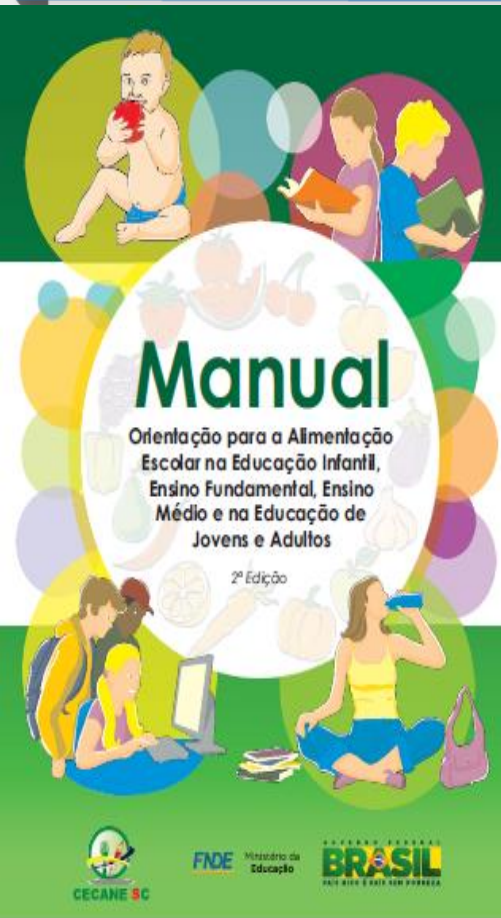
Responsabilidade Social e Compromisso como Futuro



- Em **1988**, a alimentação escolar consagrou-se como **direito constitucional**, sendo dever do Estado garantir, no mínimo, **15%** das necessidades nutricionais diárias do escolar.

Paragominas (PA)

Cardápio da Merenda Escolar



<i>Carnes</i>	<i>Regionais</i>	<i>Especiais</i>
CARNE ASSADA COM ARROZ E FAROFA	VATAPÁ DE FRANGO	
COZIDO DE CHARQUE ARROZ E FAROFA	AÇAÍ COM FARINHA	
ARROZ COM CARNE MOÍDA E LEGUMES	CANJICA DE COCO	
RISOTO DE FRANGO	BAIÃO DE DOIS	IOGURTE COM BOLO DE MILHO E CENOURA
LINGÜIÇA BOVINA COM MACARRÃO	MINGAU DE FARINHA DE TAPIOCA	BEBIDA LÁCTEA DE CHOCOLATE COM BISCOITO SALGADO
	<i>Sucos</i>	
	SUCO DE FRUTA COM ROSQUINHA DE COCO	
	SUCO DE FRUTA NATURAL COM PÃO DE LEITE COM CREME	

Cardápio Hexacampeão

Ter um cardápio especial todos os dias é um privilégio dos estudantes da rede municipal de Paragominas. Esse foi um dos critérios que fizeram com que a prefeitura de Paragominas ganhasse pela sexta vez consecutiva o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.



Fonte: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?>

[Manual de orientação sobre alimentação escolar nas diferentes etapas de ensino](#)

Único Município do Brasil a receber 08 vezes o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar

Atuação da UDTPP nos Municípios

(Regulamentação e implementação da LG)



Atores do
Desenvolvimento
(Agentes de
Desenvolvimento e
Secretários de
Desenvolvimento)

REDESIM

Compras
Públicas de
Pequenos
Negócios

Sala do
Empreendedor

Atuação da UDTPP nos Municípios

Compras Governamentais

LC 147/2014



Atuação da UDTPP nos Municípios

Lei do PNAE 11.947/2009

AGRICULTURA FAMILIAR

UM BOM NEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

EDIÇÃO PARA
GESTORES PÚBLICOS



AGRICULTURA FAMILIAR

UM BOM NEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

EDIÇÃO PARA
AGRICULTORES FAMILIARES



O preço da liberdade é a eterna vigilância

John Philpot Curran/Thomas Jefferson



“Quando as pessoas temem o governo, isso é tirania. Quando o governo teme as pessoas, isso é liberdade.”

— **Thomas Jefferson**



“Eu acredito demais na sorte. E tenho constatado que, quanto mais duro eu trabalho, mais sorte eu tenho.”

— **Thomas Jefferson**



“Se os homens são puros, as leis são desnecessárias; se os homens são corruptos, as leis são inúteis.”

— **Thomas Jefferson**

Saúde e Sucesso

Roberto Bellucci
Sebrae Pará
roberto@pa.sebrae.com.br
91 3181-9000
0800 570 0800

